

TEMAS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS

Philippe Pomier Layargues¹

A questão ambiental também é uma questão política

Já faz algum tempo que os primeiros sinais de degradação ambiental que apontaram para a existência de uma crise ambiental tornaram-se um tema de domínio público. Da década de 60 até a atualidade, já se passaram mais de quarenta anos de convívio com uma nova subjetividade, o que revela a possibilidade de o próprio ser humano estar ameaçado de extinção em face da agudização dos problemas ambientais que se intensificam cada vez mais.

Em certa medida, as pessoas já ouviram falar ao menos uma vez na vida, que o planeta Terra está passando por um período turbulento, desde quando a espécie humana tornou-se bípede, com as mãos liberadas da função locomotora e funcionalmente apropriadas ao manuseio de artefatos, possibilitado pela capacidade prênscil do polegar opositor e, ainda, potencializada pela avantajada capacidade intelectual de abstração, capaz de permitir a transformação de objetos da natureza em refinados utensílios para satisfação humana. Capacidade essa que basicamente dividiu a espécie humana em dois grandes troncos civilizacionais: um que derivou na sociedade moderna ocidental, por ter explorado todo o potencial dessa conjunção de fatores, outro que consiste nas sociedades tradicionais indígenas, cujos processos interativos com a natureza dispensam maiores comentários, tendo em vista a constatação de que seus ambientes de vida são aqueles que se encontram em melhores condições ecológicas.

Mas desde que se diagnosticou o ser humano como uma espécie “naturalmente desajustada na biosfera”, instigando os filósofos a se interrogarem se afinal de contas somos ruptura ou continuidade da natureza, exatamente por causa dessa bifurcação antropológica que colocou o ser humano em vias diferentes de interação com o ambiente, refinamentos interpretativos apontaram para novas percepções sobre os fatores humanos, que relativizaram a visão maniqueísta que opõe o “bom selvagem” como o sujeito ecológico por excelência, contra o homem moderno como o vilão da natureza. Dependendo da ótica que se observa, uns entendem que a crise ambiental se instaurou no momento em que a explosão populacional se mostrou incontrolável, outros acreditam que a raiz da crise está no crescimento econômico, outros, ainda, acentuam a visão de mundo reducionista, antropocêntrica, cartesiana e utilitarista da natureza, e outros, para não alongar demais a lista, depositam a responsabilidade pela crise ambiental no

¹ Biólogo, mestre em Psicologia Social e doutor em Ciências Sociais da Unicamp. Técnico da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

sistema que se organiza social e produtivamente em função de uma ideologia individualista e competitiva.

Retomando o raciocínio: em se tratando de um fenômeno complexo, a crise ambiental se estrutura não apenas a partir do contexto ecológico, mas também do contexto social. Em função disso, a leitura interpretativa da crise ambiental que deve ser efetuada, para que medidas coerentes ao desafio possam ser implementadas, não é apenas a compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, como comumente se idealiza para subsidiar a criação de artifícios técnicos “eco-eficientes” ou ecologicamente sustentáveis (e onde infelizmente se estruturam muitas práticas de Educação Ambiental), mas também uma compreensão da estrutura de funcionamento dos sistemas sociais que envolvem as dinâmicas cultural, religiosa, econômica, política, científica, tecnológica, jurídica, epistemológica. Esse panorama complexo se resume no Saber Ambiental, o qual Enrique Leff, Coordenador da Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe, aponta como necessário para o enfrentamento da crise ambiental como apreensão cognitiva apropriada para a construção de um futuro sustentável, emerge a confirmação da interdisciplinaridade como requisito fundamental da reestruturação no âmbito do conhecimento.

Os problemas de natureza social e ecológica são indissociáveis, apesar de tratados de forma isolada por uma leitura ideológica que os fragmentou. Vejamos por que: uma das vertentes atuais que procura conferir sentidos explicativos para a crise ambiental e assim criar o solo fértil para as mudanças societárias necessárias, é a que entende ser a crise ambiental uma questão de base material, ou seja, que não é apenas uma visão de mundo, um paradigma, ou se preferirmos, uma cultura que precisa ser substituída, mas também as relações sociais que têm como pano de fundo a interação com o acesso (livre ou regulado), apropriação (individual ou coletiva), e uso (privado ou público) dos recursos ambientais. Em essência, o que está em jogo para a construção do futuro sustentável também o estabelecimento das regras de convívio social que regulem e normatizem o acesso à natureza e o uso dos recursos ambientais, bem como a definição dos critérios para a repartição (ou não) dos benefícios e prejuízos das riquezas geradas por esse acesso e uso dos produtos e serviços ambientais.

Aqui entra em cena o cerne do dilema civilizacional em que nos encontramos, cuja crise ambiental, que ora nos assola e assusta, é apenas a ponta do iceberg: desde que o ser humano começou a viver de modo gregário em sociedades complexas, dois sistemas sociais tiveram suas atribuições bem delimitadas e visceralmente complementares, a respeito da geração e distribuição das riquezas geradas numa determinada coletividade: a Economia se encarrega da produção e a Política se encarrega da distribuição. Apesar dessas atribuições serem bem

delimitadas e complementares, elas são dialeticamente tensionadas, uma vez que respondem a subjetividades contraditórias, motivo pelo qual entendemos ser essa a raiz do dilema civilizacional, que mais uma vez torna-se saliente com a emergência da crise ambiental.

Todos os sistemas político-ideológicos (do liberalismo ao anarquismo) se envolvem na definição de qual tipo de relação entre Economia e Política é a mais adequada para o bem-estar e a coesão social de uma coletividade. Em outras palavras, qual composição entre os mecanismos produtivos e distributivos da riqueza é a mais eficaz para o desenvolvimento da coletividade. Ocorre que essa é uma questão abstrata, não redutível a uma fórmula matemática neutra que possa definir a fórmula final, daí a enorme variedade de modelos político-ideológicos que constantemente se redefinem e se atualizam. Se uns acreditam que as sociedades devem ser o mais igualitárias possíveis, cabendo, portanto, à Política, um papel preponderante sobre a Economia, permitindo a máxima distribuição das riquezas produzidas na coletividade, já outros entendem que as sociedades devem ser o mais livres possíveis, minimizando a interferência da Política sobre a Economia. Permitindo a acumulação das riquezas geradas entre aqueles que tomaram a iniciativa em produzir riquezas. Observa-se, como pano-de-fundo alimentador dessa correlação de forças, não apenas a clássica clivagem “esquerda X direita”, mas os valores cooperativos e solidários entre aqueles que desejam construir sociedades majoritariamente igualitárias e os valores competitivos e individualistas que existem entre aqueles que desejam construir sociedades majoritariamente livres, que se manifestam cotidianamente na disputa do poder pela prevalência da Política sobre a Economia, e vice-versa.

Essa conjuntura apresenta rebatimento explícito na questão ambiental, na medida em que se fundam atualizações dos sistemas político-ideológicos em face da crise ambiental (especialmente do capitalismo e do socialismo, em que se produz uma vasta literatura a respeito da incorporação da dimensão ambiental em suas lógicas). Enquanto o eco-socialismo concebe a crise ambiental como uma nova onda da expansão capitalista que se materializa pela apropriação privada dos recursos ambientais, o eco-capitalismo entende ser a crise ambiental derivada da incompleta estruturação do mercado que ainda possui externalidades partilhadas pela coletividade, porque a natureza ainda não se tornou uma mercadoria com seu valor de uso definido.

O fato é que os efeitos da crise ambiental já são sentidos na vida cotidiana dos seres humanos, e uns são mais vítimas dos danos ambientais do que outros, a ponto de terem sido cunhados novos conceitos definidores desse fenômeno: fala-se de riscos ambientais a que determinados grupos sociais são submetidos, quando suas condições de vida ou de trabalho são ameaçadas em função da problemática ambiental que, por sua vez, provocam conflitos socioambientais polarizados entre sujeitos sociais que se beneficiam da geração de riqueza, a

partir da exploração dos recursos ambientais, demandando, então, justiça socioambiental para que as coletividades, que normalmente já se encontram em condições de vulnerabilidade social, econômica e política, também não se encontrem em condições de vulnerabilidade ambiental, como os moradores de encostas de morros e margens de rios, nos centros urbanos destituídos de políticas habitacionais, trabalhadores de empreendimentos produtivos que não possuem compromisso social e são vítimas de riscos tecnológicos e condições de insalubridade do trabalho; comunidades rurais dependentes de recursos naturais, como as populações extrativistas, de um modo geral, que vêem suas atividades de subsistência ameaçadas pela expansão da fronteira agrícola, pela invasão turística, pela criação de Unidades de Conservação, entre outros.

Enfim, trata-se, fundamentalmente, do estabelecimento de regras de convívio social que regulem o acesso e uso à natureza, e que distribuam os benefícios e prejuízos da geração de riquezas, tendo a sustentabilidade como eixo, ou seja, a manutenção das condições ambientais em situação tal que as gerações futuras possam desfrutar de um cenário melhor, ou na pior das hipóteses, igual ao que a geração atual herdou dos nossos antepassados. Daí emerge a concepção da questão ambiental como uma questão também de justiça distributiva, terreno onde as ideologias políticas disputam legitimidade política, muito além do campo da ética. É preciso que fique claro que a ética, apesar de fundamental para a instauração de um novo ethos que permita a socialização humana ampliada à natureza, relativizando o absolutismo da ética antropocêntrica, é limitada porque é da natureza humana existir uma diversidade de interesses que não se reduzem a um ethos unidimensional, seja ele de que natureza for. Nesse sentido, a ética necessita estar acompanhada da política, assim como a paz, para ser conquistada, necessita da justiça.

De maneira tática ou estratégica, o fato é que existe uma forte convergência entre as lutas ambientalistas e as sociais, que podem confluir para a criação de sociedades ecologicamente prudentes, socialmente justas, politicamente atuantes e culturalmente diversas, que desejem construir um outro futuro a partir de uma mudança simultânea na visão de mundo e na ação no mundo, provocando mudanças éticas e políticas na esfera individual e coletiva, no domínio privado e público, dialeticamente. Se já faz um bom tempo desde que os primeiros sinais de degradação ambiental tornaram-se tema de domínio público, somente agora existe um arcabouço cognitivo capaz de compreender com clareza que a questão ambiental também é uma questão de justiça distributiva. Mas isso ainda não é de domínio público, infelizmente.